

NOTÍCIAS

“O caminho da saúde é bastante claro...”

Moda em Língua Portuguesa: a inovação e a internacionalização do sector

TI: com os negócios nas nuvens

Chegar ao topo é desejável para todos?

Governar e gerir: descubra as diferenças

OPINIÃO

Melhor educação cívica

“A hard day’s night”

AGENDA

Creating Jobs in a Global Economy

Lisboa, 16 de Janeiro

Negociar com eficácia

Lisboa, 16 a 18 de Janeiro

Gestão de Talento

Lisboa, 30 e 31 de Janeiro

PDE – Programa de Direcção de Empresas

Porto, 31 de Janeiro
Lisboa, 1 de Fevereiro

PGL – Programa de Gestão e Liderança

Porto, 14 de Fevereiro

PANORAMA

A globalização do ensino universitário

EUA: mais escolas públicas vão ensinar a Bíblia

Os católicos foram um obstáculo para Hitler

Sorri ou morre. A armadilha do pensamento positivo

“Ocupa Wall Street”, na encruzilhada

DOCUMENTAÇÃO

As relações com a China, vistas por Kissinger

EUA e China: unidos pela dívida

WORD CLOUD



[5 de Dezembro de 2011](#)



“O caminho da saúde é bastante claro...”

Paulo Macedo, Ministro da Saúde e 26º [PADE](#), regressou à AESE na qualidade de conferencista convidado para expor a uma plateia de altos dirigentes de instituições de Saúde, “as estratégias sustentáveis para a maximização dos ganhos em saúde”.

O encontro realizou-se na AESE, em Lisboa, no dia 5 de Dezembro, durante o 14º PADIS. A sua vinda ficou-se a dever também ao facto de que a “AESE tem um papel económico-social muito relevante para o país”, dado o número de decisores que consegue reunir.

A situação do sistema de saúde em 2011, para além da situação financeira conhecida, é condicionada por factores como o envelhecimento da população, a redução da natalidade e a urbanização crescente. Registou-se uma “alteração na demografia dos utentes”, sendo

que é necessário empreender uma “reestruturação do sistema de saúde”, dada a desadequação da rede de serviços, herdeira do século passado.

O excesso de despesa e dificuldades de tesouraria são os principais obstáculos apontados. O desafio passa por duas alternativas diametralmente opostas: ajustar as despesas aos proveitos, ou suspender o fornecimento, sendo que daqui decorreriam três consequências: o fim do Serviço Nacional de Saúde universal e geral, a quebra da cadeia de valor no sector da saúde com o encerramento de muitas empresas que prestam serviço ou fornecem o sector, e a captura do SNS pelos credores. Mas o Ministro mostrou-se comprometido e confiante com a reforma do sector da saúde, um sector vital na nossa sociedade...





Esta reforma tem a visão de promover “o alinhamento de estratégias sustentáveis assentes na cidadania, na equidade e no acesso, na qualidade e nas políticas saudáveis”. Paulo Macedo referiu como objectivo do seu mandato, “garantir uma utilização eficiente do sistema por parte de utentes e profissionais de saúde, otimizar o sistema em termos de custos e qualidade de serviço, e desenhar uma organização,” que alinhe os incentivos adequados para que todos os agentes “definam um modelo de financiamento sustentável.”

“A eficiência passa pela optimização da rede de hospitais e dos cuidados de saúde primários, melhorando a produtividade dos prestadores, reduzindo proactivamente os custos com medicamentos, optimizando as compras, a utilização dos sistemas e promovendo a accountability. “O desperdício em saúde está nas principais rubricas: as remunerações, os medicamentos e os meios comple-

mentares de diagnóstico.” Será sobre estas despesas que o ministério irá trabalhar.

O Ministro defendeu os eixos estratégicos para a política da Saúde em 2012. O aumento da participação activa com a máxima responsabilidade na cidadania é um dos propósitos, ao qual se juntam a equidade e acesso aos cuidados de saúde - favorecendo a coesão e a justiça social. Como “o hospital é constituído sobretudo por pessoas” e “pode ser lugar de esperança”, “deveria ser antes de mais, lugar de humanização, identitário, relacional. Um lugar humano à medida das pessoas.”

“Se tivermos um caminho claro (qualidade e sustentabilidade), competência (saber e saber fazer) e compromisso (querer fazer) teremos uma “performance” de elevado grau. O caminho da saúde é bastante claro. Podemos fazer melhor mantendo o essencial. Tenho confiança nos profissionais.” ■



[28 de Novembro de 2011](#)

[Encontro de empresários e investigadores](#)



Moda em Língua Portuguesa: a inovação e a internacionalização do sector

O Porto Palácio Hotel acolheu o Encontro de Moda em Língua portuguesa. Estiveram presentes mais de cem empresários e gestores de Empresas da Fileira Moda. Industriais, Retailistas e Designers debateram as estratégias de internacionalização.

O Director do CENIT, Manuel Teixeira, referiu ser esta iniciativa pioneira em vários aspectos, já que é a primeira vez que se realiza um encontro deste género, em Portugal. E é importante trazer cá empresas e empresários de países de língua portuguesa, que têm já uma trajectória de internacionalização. Por outro lado, promover o intercâmbio entre escolas e o sector empresarial é um dos factores que promove a inovação.

“Portugal”, para [Isabel Cantista](#), Professora da AESE, “pela sua his-

tória, tem um espaço cultural global. Fomos dos primeiros a chegar a vários cantos do Globo. Até ao Japão. E, em países de todos os continentes temos pessoas que falam português, ou que conhecem a cultura portuguesa. Hoje em dia, em que há uma procura de autenticidade por parte do mercado, parece-me pertinente aprofundar o nosso conhecimento mútuo desta herança cultural, que partilhamos.”

Em termos económicos, olhar para o sector como uma plataforma assente na lusofonia pode constituir uma vantagem competitiva. “É de relevar que Brasil e Angola podem ser enquadrados em países, que têm vindo a afirmar-se no quadro da economia mundial. E Moçambique tem também muitas potencialidades, que poderão vir a ser exploradas, e que não são to-



[Prof. Adrián Caldart](#), Professor da AESE



talmente conhecidas por nós. Trazer cá empresas e empresários, que têm já uma trajectória de internacionalização, não só noutros países do continente africano, mas também nos Estados Unidos, é importante para o “cluster” moda português. As oportunidades de negócio surgem deste conhecimento e intercâmbio de experiências de internacionalização.”

A organização do evento reuniu parceiros do mundo académico e empresarial a fim de estreitar o diálogo entre as partes e promover a inovação. A FFI – Fast Forward Innovation e a AESE juntaram-se ao Porto Fashion Show, Cenit, o programa Compete do QREN (UE). “O processo de inovação não é linear. Não nasce necessariamente na Universidade, ou numa Escola de Negócios. A ideia que despoleta o processo de inovação pode surgir tanto na universidade, como na empresa, que está num contacto directo e diário com o mercado.” Isabel Cantista entende que “é importante que haja um diálogo profí-

cuo entre estes dois importantes agentes do sistema de inovação nacional. Por isso, são muito pertinentes todas as iniciativas em que, numa plataforma de igualdade, se encontrem académicos e empresários. É o fórum, em que existe uma maior probabilidade de surgir a inovação. A fileira moda é criativa por natureza. Os processos que podem facilitar essa criatividade e inovação são bem-vindos. E, por isso, o CENIT está de parabéns por esta iniciativa.”

Para Cristina Azevedo Rosa, autora do livro “Império de Luxo”, editado pela Lidel, “o encontro foi muito interessante e aprendi imenso. Foi um dia muito enriquecedor. Tive oportunidade de conhecer participantes muito simpáticas e com experiências muito interessantes e diversificadas.” O evento “foi de grande interesse para a têxtil”, de acordo com Manuela Carneiro, empresária têxtil, da Wedapit. “e permitiu-me encontrar pessoas e fazer novos e interessantes contactos.” ▣



[28 de Novembro de 2011](#)

[Com François Eloy, da Colt Communication Services](#)



TI: com os negócios nas nuvens

François Eloy, Vice-Presidente Executivo da Colt Communication Services, esteve na AESE, a 28 de Novembro, para apresentar uma análise acerca das inovações no sector das telecomunicações a nível europeu.

A "cloud" é a expressão da descontinuidade do mercado, que suscita "a necessidade de nos adaptarmos à mudança", para quem quiser ser bem sucedido no mundo dos negócios.

A pressão vivida no sector das Tecnologias da Informação (TI) é crescente, devido a vários factores: gestão em tempo real, gestão de risco, constrangimentos financeiros, transformação do sistema legal e das infra-estruturas, entre outros. Segundo François Eloy, é necessário tornar as plataformas tecnológicas mais inteligentes, simplifi-

cando o serviço e ajustando as TI aos modelos de negócios.

A "cloud computing" é uma inovação nos sistemas de informação, que não passa despercebida à Alta Direcção. 86% de CIOs acreditam que a cloud computing services será a forma de operar nas suas empresas num futuro bastante próximo. A transformação de TI tradicionais num sistema de cloud, implica assegurar a adaptação do negócio, salvaguardando que a infra-estrutura seja rápida e facilmente ajustada para corresponder às suas necessidades. A cloud favorece uma gestão mais eficiente do risco. Com a criação de operações o mais eficientes possível, constata-se uma redução efectiva dos custos. E ser capaz de posicionar o negócio para o crescimento, dota as empresas de uma melhor capacidade de resposta. ■



François Eloy, Vice-Presidente Executivo da Colt Communication Services

[22 de Novembro de 2011](#)



Chegar ao topo é desejável para todos?

A reflexão sobre o equilíbrio da vida familiar e profissional bem como sobre o grau de satisfação pessoal na trajectória vital de cada um foi estimulado pelo debate do [caso](#) Sybilla Börjesson, por parte dos mais de 70 Alumni. “Este foi o pano de fundo para a brilhante conferência de [Nuria Chinchilla](#) sobre se, de facto, a aspiração ao topo é ou não para todos ou em qualquer etapa da vida.

Partindo do conhecido Triângulo da Conciliação onde de forma muito gráfica se visionam, no contexto pessoal, as diferentes interações impactantes entre Família, Empresa e Sociedade bem como os potenciais pontos de conflito, foi abordada a importância do auto-diagnóstico individual como chave para chegar à excelência de vida – “temos que sair do trabalho ainda sendo pessoas ... não um “trapo”.

Há que quebrar o ciclo vicioso do trabalho, o que só é possível se conseguirmos desligar, para ligarmo-nos ao momento seguinte, a quem nos espera...” Neste sentido, torna-se fundamental a gestão das prioridades pessoais. A liderança pessoal adquire-se após o exercício de autoconhecimento que nos permita descobrir a nossa missão pessoal, familiar, profissional e social.

Da exposição deste encontro fica a certeza de que não só é desejável que todos cheguem ao topo no sentido de atingir o pleno desenvolvimento pessoal, como, para tal, é fulcral que todo o ser humano se conheça, descubra a sua missão pessoal, única e irrepetível e chegue a ser aquele a quem está chamado a ser no seu expoente máximo. (Graça Varão, 9º [PDE](#)) ▣



Nuria Chinchilla, Professora do IESE

[15 de Novembro de 2011](#)

Governar e gerir: descubra as diferenças

As questões de Corporate Governance são essenciais nas organizações. Por esse motivo, [Luis Manuel Calleja](#), especialista na matéria, foi o orador no encontro do AESE Women Leader's Fórum da AESE, no dia 15 de Novembro em Lisboa.

A missão capital dos gestores é resolver problemas. O que varia é a incerteza do momento e da quantidade de problemas que surgem em simultâneo. Por isso, é preciso pensar, reflectir sobre eles, para saber como responder.

É muito difícil conciliar a posição de gestor e a de administrador na mesma empresa. Ainda que para atingir uma posição nos conselhos de administração as organizações privilegiem geralmente os dirigentes que demonstraram capacidades excepcionais na arte de gerir, as competências expectáveis no exer-

cício de ambas as funções são paradoxalmente distintas. A Corporate Governance trata do futuro, dos temas de excepção, da diplomacia e das políticas da instituição, ao passo que a Direcção se deve focalizar nos desafios imediatos, de resposta pronta, segundo critérios técnicos e operacionais. Em suma, sendo duas áreas que precisam de ser formalmente diferenciadas, a gestão sem governo não funciona bem e o inverso também é verdade.

A Corporate Governance deve questionar também se a estrutura directiva e os sistemas de direcção são os mais adequados à prossecução dos objectivos estratégicos. Recordando Aristóteles, para que uma pessoa com capacidades inatas se converta num bom governante, precisa de inteligência, prudência e de ser de confiança. ■



Luis Manuel Calleja, Professor da AESE

[Investigação AESE](#)



O Caso “O Lançamento da Super Bock «MINI»”

O Caso «O Lançamento da Super Bock“MINI”» insere-se na área dos estudos de mercado e descreve uma situação em que, num mercado bipolarizado de bens de consumo alimentares, um dos concorrentes sofre uma ofensiva na sua “zona de conforto”. O caso contempla o contexto, as considerações e os estudos desenvolvidos permitindo, assim, a recriação de uma situação real de gestão em ambiente de mercado.

Do ponto de vista pedagógico, este caso pode ser classificado como orientado sobretudo para a tomada de decisão. O desafio colocado aos alunos consiste em assumirem o papel de Director Adjunto de Marketing do Segmento das Cervejas, para assim optarem por um dos quatro caminhos previamente apre-

sentados como solução.

Assinado por [André Villares Morgado](#), Professor da AESE e 3º [Executive MBA AESE/IESE](#), e Mário Porfírio, 4º [Executive MBA AESE/IESE](#), o caso foi redigido sob a supervisão do [Prof. Ramiro Martins](#), em Fevereiro de 2007. ▣



AGENDA



Seminários



Seminário **Negociar com eficácia**

Lisboa, 16 a 18 de Janeiro

[Saiba mais >](#)



Seminário **Gestão de Talento**

Lisboa, 30 e 31 de Janeiro

[Saiba mais >](#)

Eventos / Programas



Programa **PDE – Programa de Direcção de Empresas**

Porto, 31 de Janeiro
Lisboa, 1 de Fevereiro

[Saiba mais >](#)



Programa **2º PGL – Programa de Gestão e Liderança**

Porto Palácio Congress
Hotel, 14 de Fevereiro

[Saiba mais >](#)

Programa de Continuidade

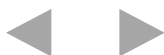


Sessão de Continuidade **Creating Jobs in a Global Economy**

Lisboa, 16 de Janeiro

[Saiba mais >](#)

BLOG



Partilhe connosco a sua opinião



Eugénio Viassa Monteiro,
[Professor da AESE](#)

Melhor educação cívica. Consciência dos direitos e deveres (2)

“É bom ter-se noção dos direitos e deveres e habituar-se a exercitá-los. O que é razoável exigir, em qualidade, prazos, etc? Sabendo isso, cada um pode interiorizar o que é esperado dele como fornecedor de serviços, para depois poder exigir, com autoridade moral, dos outros. (...)”

[Leia mais](#)

Publicado no Diário Económico, a 29 de Novembro de 2011.

Artigos relacionados: [Para quê ser competitivo?](#) (1) | [Melhorando a eficiência dos processos](#) (3) | [Formação/ensino de exigência](#) (4) | [Fomento do empreendedorismo. Criar riqueza e trabalho](#) (5)



Nuno Campilho, 19º
[PDE](#) e 11º [Executive MBA AESE/IESE](#)

“A hard day’s night”

“Quando se encontra “na berra”, derivado à *Optimus*, uma outra canção dos Beatles, “All together now”, que foi gravada em 1967, mas que só foi lançada em 1969, integrando a trilha sonora do desenho-animado “Yellow Submarine”, a minha analogia de hoje vai, no entanto (...)”

[Leia mais e comente](#)

Publicado no Blog AESE, a 9 de Dezembro de 2011



PANORAMA

A globalização do ensino universitário

Segundo os dados da OCDE, no ano 2000, menos de dois milhões de pessoas estavam a estudar no estrangeiro; em 2008, eram 3,3 milhões. E suspeita-se que a tendência, nestes últimos anos, só aumentou. A este fenómeno de globalização do ensino junta-se o número crescente de cursos virtuais oferecidos por universidades de prestígio, como o MIT.

As universidades norte-americanas são as que mais estudantes estrangeiros recebem, com 19% do total. Também as universidades francesas e alemãs são muito atraentes, mas principalmente para europeus ou africanos, enquan-

to as dos Estados Unidos têm alunos de todo o mundo.

Contudo, a liderança dos EUA tem vindo a diminuir ligeiramente, em consequência de um processo de internacionalização que está a transformar o ensino universitário. No livro “The Great Brain Race” (Princeton University Press, 2010), Ben Wildavsky revela que outros lugares do mundo como a China, a Índia ou a Arábia Saudita competem com as instituições tradicionais para atrair alunos e professores. Surgem centros académicos que, pouco a pouco, sobem lugares nos *rankings* internacionais. Para Wildavsky, esta concor-

rência académica tem efeitos positivos, porque oferece maiores possibilidades aos estudantes.

Também se oferecem dados por níveis académicos. Sabe-se, por exemplo, que nos EUA, dois terços dos alunos de pós-graduação provêm de outros países e, como salienta a “The Economist” (20-01-2011), os estrangeiros constituem uma maioria nas disciplinas científicas: são estrangeiros, 65% dos estudantes de informática ou economia, 56% dos de física e 55% dos de matemática.

Igualmente, por exemplo, são estrangeiros, metade dos estudantes





da Kennedy School of Government (Harvard), prestigioso centro de estudos políticos e de gestão pública. Para o deão, David Elwood, o interesse pelo que ocorre no mundo é crucial no seu projecto educativo: “Todos os problemas interessantes cruzam as fronteiras; portanto, temos de formar pessoas que também as cruzem”, salienta.

As instituições norte-americanas são aquelas que demonstraram primeiro um maior interesse na abertura das suas salas de aula a estudantes de outros países e destacaram-se em projectos de investigação conjunta com centros académicos e empresas de todo o mundo. São, igualmente, as que contam com melhores fontes de financiamento, o que lhes tem per-

mitido a liderança em muitas disciplinas e contar com mais prémios Nobel que as de qualquer outro país.

É possível que a internacionalização do ensino faça nascer redes internacionais que concentrem o poder intelectual, empresarial e político. Mas a consolidação de uma nova elite pode fazer com que os poderes tradicionais vacilem. Samuel Huntington, o falecido autor de “O Choque das Civilizações”, denunciou que a elite global tornaria supérfluos os laços nacionais e poderia ir pouco a pouco suplantando o poder que tem pertencido aos governos.

Uma rede de influência mundial é, por exemplo, o que conseguiram

já algumas universidades norte-americanas. Na Kennedy School of Government, estudaram o secretário-geral da ONU, o presidente do Banco Mundial, o fundador do Fórum Económico Mundial, o primeiro-ministro de Singapura e os presidentes do México e da Colômbia, entre outros. Neste sentido, pode dizer-se que muitas das pessoas mais influentes do mundo estão familiarizadas com os valores norte-americanos e que constituem os representantes do poder de carácter persuasivo da sua diplomacia. ■

**PANORAMA**

EUA: mais escolas públicas vão ensinar a Bíblia

Nos EUA, 170 escolas públicas de 43 Estados começaram a dar uma cadeira sobre a importância da Bíblia e a sua influência na civilização ocidental. O livro de texto é o mesmo para todas as escolas públicas – mais de 470 – que aderiram ao Bible Literacy Project.

Devido à sentença do Supremo Tribunal dos Estados Unidos “Abington Township School v. Schempp”, de 1963, a oração e a leitura da Bíblia nas escolas públicas seriam contrárias à separação da Igreja e do Estado estabelecida pela Constituição. Ora, esta sentença não proíbe o ensino não confessional da Bíblia.

Foi o que referiu o juiz Thomas Clark no voto maioritário do Tribunal: “O que foi indicado até aqui não significa que o estudo da Bíblia ou da religião, quando apresentado de modo objectivo enquanto parte de um *curriculum* laico, vulnere a Primeira Emenda. Vale a pena estudar a Bíblia”.

É a base jurídica que permitiu a Sarah Jenislawski criar o Bible Literacy Project, iniciativa que pretende levar à rede pública um ensino não confessional da Bíblia. E fá-lo com o apoio de numerosos professores de literatura das universidades de Yale, Harvard, Princeton, Stanford ou Berkeley.

Com efeito, num inquérito de 2006 realizado pelo Bible Literacy Project, todos os professores inquiridos disseram concordar com a frase “independentemente da fé de cada um, uma pessoa educada precisa de conhecer a Bíblia”.

As coisas têm a sua lógica, se se tiver em conta que somente as obras completas de Shakespeare contêm 1.300 referências bíblicas. O mesmo poderia dizer-se de muitos escritores e até de líderes políticos (por exemplo, Martin Luther King Jr.), cujas obras seriam incompreensíveis sem um conhecimento mínimo da Bíblia.






Para evitar a tentação de proselitismo nas salas de aula, diz Jenislawski, os professores que derem esta disciplina, devem limitar-se a seguir o livro de texto “The Bible and Its Influence”; um manual que foi revisto por uma comissão de juristas, professores

de escolas públicas e membros de confissões religiosas (evangélicos, protestantes, católicos, ortodoxos, judeus...).

Além disso, os professores recebem formação para garantir o ensino não confessional da Bíblia.

Sabem, por exemplo, que se um aluno lhes coloca alguma dúvida de fé, devem remetê-lo para os seus pais.

(Fonte: “National Catholic Register”) 

PANORAMA



Os católicos foram um obstáculo para Hitler

É conhecido que a Igreja católica foi considerada pelo regime de Hitler, como um dos seus principais inimigos e, também, que muitos cristãos resistiram admirável e heroicamente ao totalitarismo nazi. Os sacerdotes Johannes Prassek, Hermann Lange e Eduard Müller foram alguns dos

que se opuseram e, por isso, o Tribunal do Povo Alemão condenou-os à morte a 10 de Novembro de 1943. Em finais do passado mês de Junho, foram beatificados na cidade onde exerceram o seu ministério, Lübeck, numa cerimónia celebrada pelo cardeal Angelo Amato representando Bento XVI.

Os três novos beatos eram sacerdotes católicos, e juntamente com o pastor evangélico Karl Fridrich Stellbrink, formam o grupo conhecido como “os mártires de Lübeck”, um foco de resistência nesta cidade costeira da Alemanha. Estes quatro homens denunciaram nos seus sermões

»»



paroquiais a ideologia anti-cristã do regime e, inclusivamente, opuseram-se em público aos programas de eutanásia propostos pelo governo. A. Ambrosi, proponente da causa, diz que a actividade pastoral deles os comprometia, tendo sido espiados por agentes da Gestapo.

Entre eles nasceram também laços de amizade. Os três mártires católicos apoiaram Stellbrink quando este ficou totalmente marginalizado dentro da sua Igreja, cuja hierarquia simpatizava com o nazismo. Ele foi o primeiro detido e, poucos dias depois, a polícia prendeu os três sacerdotes católicos e quase vinte leigos.

Além da coragem para criticar os desvarios totalitários de Hitler, os

três novos mártires desdobravam-se pelas suas comunidades paroquiais, ajudando igualmente os perseguidos e os necessitados no tempo da guerra mundial.

Também souberam oferecer testemunho cristão durante a estadia de mais de um ano na prisão, como detidos preventivos. A sentença pela qual os condenaram à morte, considerava-os culpados de alta traição, enfraquecimento do poder militar e apoio ao inimigo. Foram assassinados em intervalos de três minutos.

Além da resistência em Lübeck, muitos outros cristãos noutras zonas da Alemanha também se opuseram às leis nazis e a um governo que atentava contra a dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, como indica José M. García Pelegrín no seu livro “Cristianos contra Hitler” (LibrosLibres), calcula-se que durante o III Reich, foram perseguidos 10.300 sacerdotes, o que equivale a mais de um terço do clero de então; a 2.000 foram impostas multas, mas 417 seguiram deportados para campos de concentração.

García Pelegrín indica no seu livro, a semelhança de seis cristãos a quem o compromisso com a sua fé, levou a oporem-se activamente ao governo alemão. Entre eles, destaca o Cardeal von Galen, cujos sermões pastorais ficaram famosos na denúncia directa dos crimes nazis e que foi muito admirado precisamente pelos beatos de Lübeck.

»»



Juntamente com o “leão de Münster”, como é conhecido o cardeal, beatificado em 2005, García Pelegrín recorda Wilm Hosenfeld, que ajudou a fugir muitos judeus e que, mais tarde, foi feito prisioneiro pelas tropas soviéticas; Franz Jägerstätter, um humilde camponês, a quem os tribunais nazis condenaram à morte por se negar a cumprir o

serviço militar por razões religiosas; Kart Leisner, seminarista internado no campo de concentração de Dachau, onde recebeu clandestinamente a sua ordenação sacerdotal e pôde celebrar a sua primeira missa, antes de morrer; H. von Moltke, protestante, acusado de ter colaborado no atentado contra Hitler, e, por último, Irena Sendler, enfermeira

polaca, que salvou mais de 2.500 crianças judias do gueto de Varsóvia.

García Pelegrín recorda que, nas eleições de 1932 que levaram ao poder Hitler, nos Länder com maior percentagem de população católica, foram as zonas onde o partido nacional-socialista obteve menos apoio eleitoral. ▣

[PANORAMA](#)



Sorri ou morre. A armadilha do pensamento positivo

Quando uma mulher descobre que tem cancro da mama e quase lhe fazem acreditar que ter pensamentos positivos pode influir directamente na sua cura e no sistema imunológico, ou que as

ondas dos pensamentos positivos podem modificar a realidade, ou atrair a riqueza, podemos erguer as sobrancelhas num gesto de cepticismo, ou aperceber-nos de que todos ouvimos alguma vez

que temos de ser positivos, e que as pessoas com pensamentos negativos nos roubam energias.

Barbara Ehrenreich no livro “Smile or Die. How Positive Thinking »»



Fooled America and the World” (de que há uma tradução em castelhano “Sonríe o muere. La trampa del pensamiento positivo”, Turner, Madrid, 2011) documenta-nos casos que, como jornalista norte-americana investigou de perto, mas podemos transferir facilmente os seus exemplos para o nosso próprio país e para a nossa situação.

Os livros de auto-ajuda, o negócio da motivação – com as suas conferências e artigos de venda –, os treinadores pessoais ou *coach*, ou ainda os telepregadores norte-americanos, formam o universo do pensamento positivo que gera muitos ganhos a esses autores e conferencistas. Mas que também, na opinião da autora, destruiu a economia, precisamente pela sua

rejeição do realismo, pois insistiam em que qualquer pessoa podia tornar-se rica se se concentrasse nessa ideia e que qualquer indivíduo estava apto para contratar uma hipoteca ou um produto financeiro que afinal era uma armadilha.

Barbara Ehrenreich escreveu um livro jornalístico, ágil e divertido, com uma fina ironia e senso de humor. A obra acaba por se revelar assim paradoxalmente positiva na sua exposição, ao criticar com as suas mesmas armas, essa obrigatoriedade do optimismo, realçando as suas imposições, erros, irracionalidade e falta de realismo.

Talvez tenha ido demasiado longe ao afirmar que o pensamento

positivo nasceu como reacção contra o calvinismo, que nos é apresentado como uma “depressão obrigatória”. Esses exageros apenas toldam ao de leve este livro de divulgação, escrito num estilo de reportagem, que nos encoraja a que possamos recuperar o pensamento crítico e a objectividade, sem que nos seja imposto de qualquer forma o pensamento positivo. Nem igualmente nos força ao pensamento negativo. ■



PANORAMA

“Ocupa Wall Street”, na encruzilhada

Seleccionamos alguns comentários publicados nos órgãos de informação norte-americanos, que reflectem as dúvidas sobre a incidência atribuída ao movimento “Ocupa Wall Street”, após os despejos de acampamentos e as detenções ocorridas há pouco tempo.

As prisões que se seguirem a esses despejos dos acampamentos do movimento “Ocupa Wall Street” numa dezena de cidades norte-americanas, fazem pensar na necessidade de uma mudança de estratégia para este grupo, segundo o “The Washington Post”. William Galston, especia-

lista em governabilidade da Brookings Institution, diz que, como com muitos outros grupos de activistas, para o “Ocupa Wall Street” chegou a altura decisiva: “que mais se pode fazer, uma vez que se tenha conseguido atrair a atenção das pessoas?”.

A pergunta não tem resposta fácil e Galston pensa que o impacto real do “Ocupa Wall Street” não irá mais longe, se as reivindicações não se concretizarem em alguns poucos pontos de acção comuns, algo que, na sua opinião, não tem existido. Por isso, os ocupas distanciam-se de outros movimentos que impulsionaram

mudanças sociais durante o século passado e também se situam longe do Tea Party, que se concentrou na rejeição de algumas medidas governamentais de Obama, como, por exemplo, a legislação sobre a saúde.

Na mesma linha apontam os comentários publicados pelo “The Wall Street Journal”. Num editorial de 18 de Novembro, este diário salientava claramente as diferenças com o Tea Party, ao mesmo tempo que mostrava os pontos fracos do movimento Ocupa. Depois de acções de protesto violento e de tentativas dos activistas de bloquear comboios e

»»



acessos às pontes principais da cidade, registadas tanto em Nova Iorque, como em Los Angeles e Portland, o jornal afirma que “incomodando milhões de pessoas, não conseguem uma revolta política, levando as massas a voltarem-se contra o „novo proletariado com título universitário””.

O mesmo editorial acrescenta com ironia, que os protestos do Tea Party na realidade se plasmaram em perguntas de controlo aos congressistas ou em marchas autorizadas ao Capitólio em Washington, onde, quando muito, os gritos poderiam ter provocado um certo mau humor aos cidadãos. Mas, ao contrário dos ocupas, “o Tea Party entende que, na América, a via para a mudança política está nas urnas”.

Os únicos que parecem ter aproveitado algo com o movimento Ocupa são os sindicatos. Num documentado artigo de 8 de Novembro, o “The Washington Post” referia que “os sindicatos, entusiasmados com a capacidade de mobilização dos ocupas em temas tradicionalmente laborais, como a desigualdade na distribuição de riqueza, estão a começar a aplicar também as suas tácticas e as suas aptidões nas redes da Internet”. Agora, as equipas de comunicação dos sindicatos já recorrem ao Twitter ou ao Tumblr, e a outros meios sociais muito mais agressivos para procurar apoios.

Neste intercâmbio, os sindicatos ofereceram todo o tipo de apoio aos ocupas, desde ponchos para

a chuva, equipamentos sanitários dos sindicatos de enfermeiras, chuveiros nas suas instalações e, inclusivamente, dinheiro proveniente de donativos. E os ocupas responderam-lhes, apoiando as actuações dos piquetes sindicais no Hotel Bel-Air de Los Angeles, ou nos escritórios da empresa Verizon.

No entanto, o resultado desta colaboração ainda não se pode avaliar com exactidão. Declarações da secretária executiva da Federação de Sindicatos de Los Angeles, María Elena Durazo, citadas nessa mesma informação, apontam que “os trabalhadores concordam com o movimento Ocupa nos grandes temas, como, por exemplo, sobre a desigualdade, mas a pergunta que se faz,

»»



é se será o movimento sindical, ou o movimento Ocupa, a ter capacidade de levar essa mesma mensagem ao local de trabalho, onde os empregados enfrentam diariamente os autênticos problemas de salários baixos, poucos benefícios e pouco poder”.

Para Gordon Crovitz, editorialista do “The Wall Street Journal”, os desalojamentos rápidos que se seguiram a dois meses de acampamentos contínuos, mostram que a permissividade das autoridades locais “criou a falsa impressão de força deste movimento”. No entanto, “as multidões dispersaram quando as autoridades aplicaram as normas correspondentes”, ou seja, submeter o direito à liberdade de expressão de acordo com as restrições de tempo, lugar e

modo previstas pela lei. Na sua opinião, as declarações dos políticos de Nova Iorque e dos representantes locais dessa zona de Manhattan sugeriam que os direitos de livre expressão eram absolutos e isso “encorajou os ocupas, ao ponto de lhes fazer acreditar que podiam acampar ali indefinidamente”.

(Fonte: “The Wall Street Journal”,
“The Washington Post”) □



DOCUMENTAÇÃO



As relações com a China, vistas por Kissinger

Passados quarenta anos sobre os primeiros contactos diplomáticos secretos da Administração Nixon com a China de Mao, que desembocaram na visita do presidente norte-americano ao país asiático, o ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger, publicou um volumoso livro, “On China” (The Penguin Press, Nova Iorque, 2011, 586 págs.). Nele reflecte sobre a história recente deste imenso país, evoca os seus encontros com os dirigentes e expõe os seus pontos de vista sobre o presente e o futuro das relações com a potência asiática.

Henry Kissinger é um reconhecido estudioso das relações

internacionais, pessoa que integra a escola de um realismo clássico, que considera ser o sistema de equilíbrio entre as potências indispensável para a obtenção da paz e da segurança internacionais. É o posicionamento do seu admirado chanceler Metternich, o artífice do Congresso de Viena e do Concerto das Nações, que afastou do continente europeu o risco de um confronto generalizado até 1914.

Este tipo de realismo volta a estar no primeiro plano das ideias devido ao papel desempenhado pelas potências emergentes no mundo actual, que coincide simultaneamente com a crise por que

passam as organizações internacionais surgidas no período posterior à II Guerra Mundial. O multilateralismo certamente não morreu, mas sim, as suas conotações utópicas supostamente superadoras das soberanias dos Estados. Em vez disso, a reafirmação de algumas dessas soberanias regressa com novo ímpeto no século XXI. É nesta óptica que se deve procurar entender tanto este livro, como as ideias de Kissinger.

Confúcio e Sun Tzu continuam a influir

Longe de se limitar às suas experiências pessoais, o autor inicia o

»»



seu livro com uma análise ao passado da China, onde insiste na continuidade dos seus traços de civilização, acima das contingências dos sistemas políticos. Por exemplo, Confúcio e Sun Tzu são mais influentes que o marxismo-leninismo, embora os dirigentes comunistas repitam algumas das suas teorias misturadas com apelos ao pragmatismo.

Na realidade, a China nunca deixou de estar influenciada pelo pensamento de Confúcio, referência da “sociedade harmoniosa”, que desde há alguns anos é defendida pelo regime chinês sob o lema da “grande harmonia”. No confucionismo, defende-se uma ordem hierárquica, na qual cada um deve saber qual é o seu lugar, e onde a prosperidade do Estado

depende do comportamento individual. Recentemente, foi erguida uma estátua ao filósofo na capital chinesa, um evidente contraste com a encarniçada perseguição encetada por Mao ao confucionismo durante a Revolução Cultural.

Kissinger também considera crucial no estudo da cultura chinesa, o pensamento estratégico de Sun Tzu, o autor de “A arte da guerra”, que nas últimas décadas foi anunciado como livro de cabeceira para os gestores das empresas ocidentais. Os ensinamentos deste sábio do século VI a.C., sobre o qual existem muitas incógnitas a respeito da sua obra e biografia, foram aplicados à guerra e à diplomacia chinesas durante séculos, e, evidentemente, Mao foi um

dos seus principais admiradores. A abordagem estratégica de Sun Tzu é, antes de tudo, psicológica, e o seu principal objectivo é derrotar o inimigo com o menor custo possível. É uma estratégia indirecta, onde a vitória, isto é, o cumprimento dos objectivos políticos, é preferível a qualquer batalha, algo completamente diferente do choque decisivo com o qual os estrategas ocidentais encaravam as guerras.

Lições da história da China

Nos primeiros capítulos de “On China”, insiste-se em que a China cometeu o erro, tanto no final do século XVIII, como em meados do século XIX, de continuar a considerar-se o centro do mundo, que só devia receber dos bárbaros »»



– os estrangeiros – reconhecimento e vassalagem. As novidades da Revolução Industrial do Ocidente foram recusadas com desdém, como foi demonstrado aquando do envio de várias missões diplomáticas da Grã-Bretanha, porque uma China de civilização superior não precisava nem de relações comerciais, nem de embaixadas permanentes.

Os chineses pagaram cara esta atitude com as humilhações dos tratados desiguais posteriores à Guerra do Ópio, que implicou a perda de Hong Kong e de outros territórios, e que abriram o caminho para uma política colonialista dos países ocidentais e do Japão. Contudo, Kissinger presta homenagem a um diplomata chinês da época, Wein Yuan, que

aplicaria um conselho do estilo de Sun Tzu: utilizar bárbaros contra outros bárbaros. Daí que as concessões económicas e comerciais da China não se tenham limitado à Grã-Bretanha e tenham sido abertas as portas a outros países, que rivalizariam entre si pelo controlo do “bolo chinês”. Esta atitude teria o inconveniente de fomentar rebeliões internas contra a debilidade do Império, mas, ao mesmo tempo, preservaria a existência do Estado chinês contra a maré colonialista.

No século XX, implantar-se-ia o nacionalismo chinês, primeiro com a república de Sun Yat-Sen, e mais tarde com o triunfo da revolução maoísta. Segundo Kissinger, esta revolução diferenciava-se de outras comunistas no seu carácter

chinês, sem aspirações universais como as que podia ter a URSS. Daí que a ruptura entre Mao e Khrutshev fosse algo anunciado, apesar da sua aliança contra os EUA durante a guerra da Coreia. As acusações maoístas de “revisionismo”, dirigidas contra Moscovo, deveriam ser entendidas mais na temática nacionalista, que em qualquer afastamento de ortodoxias ideológicas.

Kissinger mostra um certo fascínio pelos líderes chineses, pois conheceu todos eles pessoalmente, desde Mao a Hu Jintao; mas esse atractivo é de cariz estratégico. Admira, por exemplo, o estilo paradoxal da estratégia de Mao, leitor habitual de Sun Tzu, capaz de desencadear hostilidades contra os EUA, Taiwan, a Índia ou a

»»



URSS, mas ao mesmo tempo com a flexibilidade de retroceder nas suas posições para negociar com maior à vontade.

Na teoria, Mao era um implacável inimigo ideológico dos Estados Unidos, e Nixon foi conhecido, quando era vice-presidente na época de Eisenhower, pelo seu enérgico anti-comunismo. No entanto, ambos protagonizaram em 1972 uma insólita aproximação diplomática, nunca concretizada numa aliança formal que nenhum desejava, embora os dois tivessem como adversário a URSS. Apesar dos diferentes valores que encarnavam, iniciaram na altura um processo de cooperação estratégica que durou até hoje, mesmo que com sérios altos e baixos, como o massacre da pra-

ça Tien Anmen, ou tudo o que se relaciona com os direitos humanos.

Política de equilíbrio

A geopolítica utiliza o conhecimento do passado como um dos seus principais instrumentos, e é frequente que nalgumas análises internacionais se façam prognósticos a partir das comparações históricas. Sem ir mais longe, há quem tenha equiparado o mundo actual ao que vigorava antes de 1914, sobretudo no continente asiático, onde o desenvolvimento económico tem sido paralelo à existência de uma corrida de armamentos, e no qual tão-pouco faltam manobras militares conjuntas no Oceano Pacífico ou no Oceano Índico.

As comparações chegam ao extremo de assimilar a China com a Alemanha do Kaiser, e os EUA com um Império britânico zeloso da sua hegemonia e ameaçado pela concorrência económica e militar alemã. Para que não falem as semelhanças, podem procurar-se os paralelos asiáticos de agora com as alianças europeias do período da paz armada. Deste modo, a Organização de Cooperação de Xangai, que associa a China, a Rússia e as repúblicas asiáticas ex-soviéticas, seria uma espécie de equivalente às alianças do II Reich. Pelo contrário, o Vietname, o Japão, a Índia, a Coreia do Sul, as Filipinas ou a Austrália, receosos da chamada “ascensão pacífica” chinesa, procurariam nos EUA o necessário contrapeso à China.

»»



O livro de Kissinger não chega a fazer explicitamente estas comparações, mas rejeita com firmeza a teoria de comparar as duas primeiras potências mundiais com a Alemanha e a Grã-Bretanha de há um século. A experiência diplomática do autor e os seus estudos académicos, levam-no a negar a “lógica” do memorando Crowe, um documento de 1907, onde um funcionário do Foreign Office prognosticava que a guerra com a Alemanha era inevitável, independentemente da cor política dos governos ou das políticas germânicas. A Alemanha era uma ameaça estratégica que devia ser combatida, pois a diplomacia rapidamente mostraria limitações.

Kissinger acredita na política de equilíbrio nas relações interna-

cionais, como o próprio Crowe, mas as suas conclusões são muito diferentes. Certamente, não deixa de ser curioso que o livro “China Dream” (2010) de um coronel do Exército Popular, Liu Mingfu, defenda, abertamente, que o grande objectivo do país asiático será o de se converter na primeira potência do século XXI e que a sua ascensão económica deve ser acompanhada por um poder militar paralelo.

Soberania dos Estados, critério básico

Que conselhos dá o veterano Kissinger à política externa dos EUA, relativamente à China? Os do mais absoluto realismo, baseados no interesse nacional, que são os que levaram à associação

estratégica informal dos EUA com a China de Mao, pois ambos os países estavam interessados em travar o expansionismo soviético na Ásia, África e América Latina na época de Brejnev. Esse interesse estava acima da retórica das ideologias.

Kissinger nunca acreditou no fim da história, nem num mundo pós-moderno e pós-estatal, onde as organizações internacionais contariam mais que os próprios Estados. O ex-Secretário de Estado continua a apostar num mundo baseado no sistema de Westfália, no qual, o princípio básico é a soberania dos Estados. É um critério partilhado pelas potências emergentes do mundo, chamem-se Rússia, China, Brasil ou África do Sul, o que não impede a

»»



utilização dos fóruns internacionais para defender energicamente os respectivos interesses.

No fundo, Kissinger continua fiel ao seu personagem histórico favorito, Metternich, que a partir do princípio de equilíbrio entre as potências europeias, consagrado no Congresso de Viena, contribuiu para afastar da Europa a ameaça de uma guerra continental durante quase um século. Isto implica que não acredita nas virtudes da mudança de regime político para alcançar a paz, algo que ficou desacreditado após os conflitos do Iraque e do Afeganistão. Aplicada à China, uma aliança, mesmo que informal, de Washington com outros Estados asiáticos para conter a China, sejam eles Estados democráticos ou não, nunca

funcionará, porque as relações económicas entre a China e os seus vizinhos são mais decisivas que todas as cruzadas ideológicas a favor da democracia e dos direitos humanos. Para Kissinger, o fomento da democracia não é assunto de zelo missionário, mas de mimetismo, de tornar atractivo o modelo para outros países.

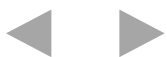
Kissinger perspectiva em diversos momentos qual deve ser a atitude dos EUA no assunto dos direitos humanos na China. Embora não diga que o tema deva ser silenciado, adverte que “a experiência mostra que procurar impor-se através do confronto, conduz provavelmente ao fracasso, especialmente com um país que tem uma visão histórica de si próprio como a da China”. São assuntos que se

tratam melhor em conversações privadas, e que não devem ser objecto de pressões nem de sanções.

Uma Comunidade do Pacífico?

Todavia, Kissinger faz uma proposta interessante, que tem também os seus antecedentes históricos. Se, em 1949, a NATO contribuiu para o estabelecimento da paz entre os países do Atlântico Norte, embora não se plasmasse juridicamente numa comunidade do Atlântico, no século XXI, deveria ser criada uma comunidade do Pacífico, o que pressupõe reconhecer a realidade de que o centro das relações internacionais se está a deslocar do Atlântico para o maior oceano do planeta.





A China e os Estados Unidos seriam pilares fundamentais da nova comunidade, juntamente com outros países costeiros. No entanto, existe uma diferença que é substancial: na comunidade atlântica, os seus membros partilhavam os mesmos valores plasmados nos seus sistemas sócio-políticos. Não se poderia dizer o mesmo da Comunidade do

Pacífico, pois a China não quer renunciar ao seu sistema autoritário, apresentado como origem e garantia do seu desenvolvimento e estabilidade. Consequentemente, a comunidade do Pacífico seria, antes de tudo, uma comunidade de interesses. Seria suficiente para conseguir a paz e evitar o confronto?

A isto deveríamos responder que não basta salvaguardar os interesses económicos, pois os factores ideológicos podem levar a erros de cálculo fatais. Por outras palavras, o nacionalismo, que na China aumentou nas últimas décadas, pode ultrapassar todo o tipo de considerações racionais. ■

A. R. R.

DOCUMENTAÇÃO



EUA e China: unidos pela dívida

A dívida norte-americana converteu-se num vínculo estreito entre a China e os Estados Unidos. Pequim financia o défice público norte-americano, comprando os títulos do Tesouro, que até agora

têm sido considerados o activo mais seguro e líquido do mundo. A China tem acumuladas reservas de divisas no valor de 3,2 biliões (milhões de milhões) de dólares, das quais, 1,1 biliões (milhões de

milhões) são na moeda norte-americana.

Por isso, a China está interessada em que as suas reservas em dólares não se depreciem. Daí, as

»»



suas críticas quando, no início de Agosto, a agência Standard & Poor's baixou a classificação dos títulos norte-americanos, que perderam o triplo A. Com o tom cáustico que começam a empregar os altos funcionários chineses, um comentário da agência de imprensa chinesa Xinhua, gerida pelo governo, "repreendia" Washington. "O governo norte-americano deve aceitar o facto doloroso de que os bons tempos em que podia simplesmente pedir emprestado para sair dos problemas onde se tinha metido, acabaram para não voltar". A China pede que os EUA apertem o cinto e se curem da sua "dependência da dívida", para "viverem com as suas posses".

Dizia até os sectores em que os EUA tinham de reduzir os seus

gastos. Trata-se de aplicar cortes nos "elevados custos de protecção social" e nos seus "gigantescos gastos militares". Estes últimos representam cerca de 4% do PIB norte-americano, enquanto que, na China, onde os gastos militares têm vindo a aumentar, representam 1,4%.

Mais do que um conselho, o comentário da agência oficial chinesa transmitia uma exigência: "A China, o maior credor da única grande potência do mundo, tem todo o direito de pedir aos Estados Unidos que enfrentem os seus problemas estruturais de dívida e garantam a segurança dos activos chineses em dólares".

Todavia, Pequim tem poucas alternativas à compra de títulos do

Tesouro norte-americano. Por isso, com a preocupação de um investidor inquieto, o comentário da Xinhua sugeria que a introdução de "uma nova e estável divisa de reserva mundial seria outra opção para prevenir uma catástrofe causada por um só país".

Sem ir tão longe como a agência, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, reclamou aos Estados Unidos e à União Europeia, "políticas fiscais e monetárias concretas e responsáveis que resolvam os seus problemas de endividamento".

Mas o financiamento do défice norte-americano através das reservas de divisas chinesas despertou também críticas contra o

»»



governo de Pequim nas *webs* do país, pelo menos até serem descobertas pela censura. Nos comentários, de que se fez eco o correspondente do *The New York Times* (9-08-2011) em Hong Kong, pergunta-se se a compra da dívida norte-americana será o melhor para os interesses chineses. Alguns queixam-se de que o governo chinês obriga as pessoas a consumir menos para emprestar mais aos EUA.

A política de Pequim é comprar dólares e outras divisas para manter a cotação da moeda chinesa (renminbi), algo débil relativamente às outras moedas, e assim dar uma vantagem comparativa às exportações chinesas e, consequentemente, favorecer a criação de emprego. Os EUA criticam a

China por manter a cotação da sua moeda artificialmente baixa, e pressionam para que a revalorize em relação ao dólar. Mas as autoridades chinesas não querem mudar uma política que lhes tem corrido bem.

A China é o país que recuperou mais cedo da crise financeira, com crescimento de 10,3% em 2010, e uma previsão de 9,6% para 2011. Mas também tem os seus próprios problemas: inflação crescente, aumento do preço da habitação, uma economia muito aquecida, endividamento dos municípios. Todavia continua a acumular grandes *superavits* no seu comércio internacional. E sente-se suficientemente forte para dar conselhos aos EUA. Inclusivamente, pode pensar que as dificuldades na

obtenção de um acordo para o problema da dívida entre republicanos e democratas, revelam as desvantagens de um sistema democrático, contra as decisões inapeláveis de um regime de partido único como o chinês.

O problema da dívida norte-americana nas mãos da China ocupou um importante espaço durante a viagem a Pequim do vice-presidente norte-americano Joseph Biden. O vice-presidente assegurou aos dirigentes chineses que os EUA vão superar os seus problemas de défice público e que a China não tem nada a temer em relação à segurança e à liquidez dos títulos norte-americanos.

Por seu lado, o vice-presidente chinês Xi Jinping salientou ter »»



havidado uma “mudança fundamental” nas relações económicas entre a China e os EUA. Contra a ideia de que a China tira empregos nos EUA com as suas exportações resultantes da mão-de-obra barata, Xi disse que “cada vez mais, homens de negócios chineses vão para os EUA investir e empreender negócios, contribuindo para o crescimento da economia norte-americana e para a criação de emprego nesse país”.

Um poder inseguro

Contudo, apesar da força económica, o governo do Partido Comunista chinês motra-se nos últimos tempos mais relutante às reformas políticas e mais duro na repressão da dissidência. Tendo o PC acabado de festejar os seus 90 anos

de existência – e 62 no poder –, os seus dirigentes parecem inseguros, receando possíveis confrontos étnicos (Tibete, Xinjiang, Mongólia Interior), manifestações de descontentamento social, mobilizações pelas redes sociais na Internet, propostas de reformas de intelectuais dissidentes (como o prémio Nobel da Paz, Liu Xiaobo, ou o artista Ai Weiwei).

Com 80 milhões de membros, o PC chinês recruta hoje sobretudo entre a burocracia governamental, os militares, os universitários, os homens de negócios e os funcionários, grupos que, na maioria, só aspiram a ganhar mais dinheiro e a viver melhor. O abandono da utopia revolucionária evitou a repetição de grandes catástrofes da época maoísta, como a fome

do Grande Salto em Frente, as brutais campanhas políticas ou a Revolução Cultural. Mas deixou o PC sem um objectivo político. “Se hoje o partido representa uma ideologia, esta é a ideologia do poder”, diagnostica Minxin Pei (*The New York Times*, 1-07-2011).

Além de se manter no poder, e de se apoiar no orgulho nacional, o PC não tem nada a propor ao povo. Isto explica grande parte da corrupção, do cinismo e dos abusos de poder que infectam o sistema. Há uma abertura pragmática às reformas económicas e sociais, sempre e quando não se questione o controlo absoluto por parte do partido único. A ideologia socialista é hoje um invólucro retórico para justificar o monopólio do poder pelo PC. ■

Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)

AESE Lisboa

Júlia Côte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/cancelamento

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt